

## O PROJETO BIODIVERSIDADE E TURISMO (BIO-TUR)

### | DESCRIÇÃO | LINHAS DE BASE | OBJETIVOS | RESULTADOS |

O PROJETO BIODIVERSIDADE E TURISMO (BIO-TUR) é implementado pelo Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA), através da Direção Nacional do Ambiente (DNA) e cofinanciado pelo Fundo Global para o Ambiente (GEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Governo de Cabo Verde (GoCV), durante o período 2017-2022. Procura atingir 2 (dois) resultados fundamentais: primeiro, integrar a conservação da biodiversidade no planeamento e nas operações de turismo a nível nacional e nas ilhas prioritárias; e, segundo, expandir e fortalecer a propriedade costeira e marinha das Áreas Protegidas (APs).

Na base destes dois grandes objetivos está o facto de Cabo Verde querer competir, a longo prazo, no setor de turismo global. Porém, a expansão da indústria do turismo, setor chave do desenvolvimento económico do país, depende, necessariamente, dos padrões de qualidade ambiental e da eficácia da conservação da biodiversidade do país. O problema é que certos problemas influenciam, negativamente, a viabilidade económica do turismo e da pesca sustentáveis, isto é: a enorme pressão sobre o ambiente, derivada da construção excessiva de infraestruturas turísticas pode conduzir a danos ecológicos irreversíveis; e verifica-se, igualmente, um declínio nos stocks do pescado devido à uma pesca insustentável, com consequências terríveis para a biodiversidade marinha e para os rendimentos dos pescadores. Nesta perspetiva, para garantir a viabilidade económica o GoCV tem vindo a criar ações preventivas, tais como: o aproveitamento da capacidade dos recursos humanos locais sempre que possível; a salvaguarda das alterações nos regulamentos existentes e instrumentos para o incentivo financeiro, e saber quando e onde podem ser usados como base de transformação; o aproveitamento e adaptação das atuais normas internacionais e programas de certificação em turismo sustentável; o reforço e adaptação de material para formação já em uso; a melhoria das abordagens com impactos positivos, tais como Avaliações de Impacte Ambientais (AIA) e a cogestão das pescas.

As Áreas Protegidas (APs) abrangidas pelo Projeto BIO-TUR estão localizadas em 4 (quatro) ilhas prioritárias - Santiago, Sal, Boa Vista e Maio – por serem as ilhas onde a pressão e as ameaças a biodiversidade marinha e terrestre são maiores e requerem medidas urgentes. Mais especificamente, os trabalhos serão desenvolvidos em 8 (oito) APs, nomeadamente: *Parque Natural Serra Pico de Antónia* (Santiago); *Reserva Natural (RN) Baía da Murdeira* e *RN Rabo de Junco* (Sal); *RN Morro de Areia*, *Monumento Natural Ilhéu de Sal-Rei*, *RN Boa Esperança*, *RN Ponta do Sol* (Boavista); e *RN das Casas Velhas* (Maio).

As operações do Projeto BIO-TUR, a nível local, incidem sobre as APs terrestres e marinhas mais críticas tendo em vista a pilotagem da biodiversidade marinha e a cogestão das pescas artesanais no seio das comunidades locais. Pretende-se aproveitar as oportunidades que as formas mais sustentáveis de turismo e pesca oferecem à conservação da biodiversidade, ao desenvolvimento das comunidades locais de forma a contribuir para a consolidação e diversificação do produto turístico cabo-verdiano e à sustentabilidade do setor.

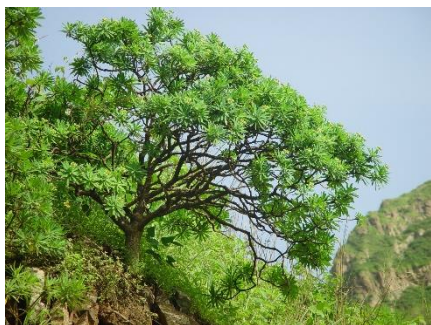
Com este projeto, o GoCV irá desenvolver e implementar regimes inovadores para reduzir os impactes do desenvolvimento e das atividades de turismo sobre a biodiversidade, através de iniciativas nacionais sistémicas, para além de ações específicas nas ilhas prioritárias de Santiago, Boa Vista, Sal e Maio. Com a integração da conservação da biodiversidade no planeamento e nas operações de turismo a nível nacional e nas ilhas prioritárias, almeja-se os seguintes resultados benéficos:

- novas infraestruturas turísticas e hotéis alinhados com os Planos de Ordenamento Turístico e com Avaliação de Impacte Ambiental;
- menos infrações ambientais significativas;
- auditorias, monitorização e fiscalizações sistemáticas;
- avaliação de base das práticas de turismo sustentável nas ilhas-alvo;
- normas nacionais sobre turismo sustentável
- a conservação da biodiversidade e sistemas de certificação de turismo sustentável como parte integrante das normas nacionais para pequenos hotéis;
- redução de ameaças sobre a biodiversidade marinha e terrestre;
- certificação de destino;
- concursos turístico-ambientais
- centros de certificação de pescado

É de salientar que o Projeto BIO-TUR pretende, em última instância, trazer benefícios para as comunidades locais e ONGs nas ilhas-alvo, ao reforçar as suas capacidades e melhorar a sustentabilidade dos respetivos meios de subsistência associados à pesca, ao turismo, à gestão de Áreas Protegidas e ao reforço do Sistema Nacional de APs de Cabo Verde.

## SETORES DE INTERVENÇÃO | Biodiversidade | Turismo | Pescas |

O Projeto BIO-TUR é inovador, pois, aborda a integração dos diferentes sectores de uma forma sistémica a fim de assegurar que os resultados a nível da conservação da biodiversidade estejam bem refletidos nas decisões de planificação e investimento do turismo. Enquanto isso, lidera atualmente um



mecanismo de compensação da biodiversidade para Cabo Verde e, através de importantes consultorias tem estado a abordar lacunas das APs no meio marinho e a gestão de recursos marinhos com a participação da comunidade, elemento igualmente inovador no país.

O Projeto BIO-TUR tem em vista gerar vários benefícios económicos e sociais nacionais que justificam a sustentabilidade global. De que forma? Em primeiro lugar, e acima de tudo, sabe-se que a perda de biodiversidade e a degradação do ecossistema podem ter resultados económicos negativos no sector do turismo e na sustentabilidade da pesca artesanal; por isso, ao manter, a longo prazo, os valores de utilização económica haverá benefícios nacionais e melhoria de perspetivas para estes sectores e oportunidades de emprego que poderiam não existir de outra forma. Para tal, o projeto produzirá as disposições necessárias para adotar e aplicar o quadro regulamentar, de forma segura, reforçando as capacidades de instituições corresponsáveis pela implementação, que são, para além do MAA / DNA, o Ministério do Turismo e Transportes (MTT), a Direção Geral de Turismo e Transportes (DGTT), a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boavista e Maio (SDTIBM), a Cabo Verde Trade Invest (CVTI) e o Instituto de Gestão de Qualidade e Propriedade Intelectual (IGQPI).

**Biodiversidade** | A linha de base geral do Projeto BIO-TUR é a Conservação da Biodiversidade e sua integração no Setor de Turismo em sinergia com o Sistema de Áreas Protegidas (SNAP) do país.

Em Cabo Verde existem 46 Áreas Protegidas (APs) que cobrem 205.424 ha, sendo 73.295 ha terrestres (18,19%) e 132.128 ha marinhos (5,66 % águas territoriais). Desenvolveram-se, até então, um conjunto de ferramentas, estratégias e regulamentos para a estruturação e gestão do SNAP, entre os quais a *Estratégia Nacional de Áreas Protegidas* e a *Estratégia e Plano Nacional de Negócios das Áreas Protegidas*. Vários planos de gestão e ecoturismo são implementados, presentemente, pela Direção Nacional do Ambiente que gere a conceção, regulamentação, coordenação e a execução dos trabalhos, prestando apoio direto ao Ministro do Ambiente e Agricultura.

**Tabela I. Áreas Protegidas (terrestre e marinha) de Cabo Verde**

ÁREA de Cabo Verde	Área Terrestre		Área Marinha	
	403 300		2 266 848,00	
Categorias nacionais de APs dentro de cada bioma	Número por categoria	AP: locais terrestres	AMP: locais costeiros marinhos	Área Total (ha)
Parques Naturais	11	46 461,18	38 457,11	84 918,29
Reservas Naturais	14	13 786,60	65 534,74	79 321,34
Reserva Natural Integral	5	863,24	28 003,00	28 866,24
Paisagens Protegidas	10	10 627,04	134,10	10 761,14
Monumentos Naturais	6	1 557,00	0	1 557,00
<b>Total AP e AMP</b>	<b>46</b>	<b>73 295,06</b>	<b>132 128,95</b>	<b>205 424,01</b>

Fonte: DNA (Disponível no "Anuário Estatístico Cabo Verde 2016" – INE)

**Tabela I.I. Evolução de superfície de Áreas Protegidas com instrumentos de gestão aprovados**

ANO	Terrestre (ha)	Marinha (ha)	PERCENTAGEM (*)	
			%	
			T	M
2008	1 726,00	0,00	0,43	0,00
2010	10 194,50	0,00	2,53	0,00
2014	17 792,19	28 487,19	4,41	1,26
2015	38 844,86	120 672,47	9,63	5,32

(\*) % Calculado em relação à superfície terrestre e mar Territorial de Cabo Verde

Fonte: DNA (Disponível no "Anuário Estatístico Cabo Verde 2016" – INE)

A riqueza da biodiversidade terrestre, marinha e o endemismo de Cabo Verde oferecem vários benefícios globais não aproveitados, a nível nacional, daí serem necessários um conjunto de ações preventivas para uma maior conservação dessa riqueza. Pelo menos em oito (8) APs prioritárias (cobrindo um total de 16.548,31 ha) e ZRPT associadas, o GoCV está a envidar esforços no sentido de que haja gestão de APs de acordo com as regras de gestão específica do local e planos de ecoturismo; que sejam evitadas, reduzidas ou compensadas as perturbações provocadas pelo turismo nos habitats críticos; e que sejam reduzidos ou invertidos os impactos provocados pela pesca artesanal.

Em termos de biodiversidade global relevante, o GoCV, através do Projeto BIO-TUR, sustentará a evolução positiva da eficácia de gestão de todas as APs de intervenção com vista à conservação das populações alvo de plantas, aves, tartarugas marinhas, baleias jubarte, lagosta costeira de Cabo Verde

e espécies de peixes endémicas. Adicionalmente, serão desenvolvidas capacidades para proteger e restaurar a saúde, a produtividade e a resiliência dos oceanos e dos ecossistemas marinhos.

**Turismo** | O Setor de Turismo, por seu turno, tem recebido uma parte substancial dos últimos



investimentos diretos estrangeiros e está a servir de catalisador para outros segmentos da economia, tais como a imobiliária e a construção. Para propulsionar ainda mais o setor, os investimentos com o valor de 10 mil milhões ECV, ou mais, estão a ser elegíveis para incentivos financeiros e, a par disso, também as pequenas e médias empresas (PME) do sector de turismo recebem incentivo no quadro da Lei nº 70/VIII/2014 (são-lhes subtraídas apenas 4% do valor de venda para efeitos fiscais e sociais).

O licenciamento para o turismo, gerido pelo MTT, através das delegações da Direção Geral do Turismo e Transportes (DGTT), depende, por norma, das avaliações de qualidade ambiental das instalações turísticas. Os Planos de Ordenamento Turístico e os Planos de Ordenamento Detalhado para Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI) são, também, objetos de avaliação de impacto ambiental obrigatória e tornou-se uma exigência da Direção Nacional do Ambiente. Já foram declaradas 12 Zonas de Reserva e Proteção Turística (ZRPT) que abrangem uma área total de 20.210 ha, bem como 25 ZDTIs em Santiago, Maio, Boa Vista, Sal e São Vicente.

A certificação é um processo voluntário que engloba avaliações, auditorias e fornece garantia por escrito de que um determinado produto turístico está em conformidade com normas específicas. O processo atribui um logotipo comercializável àqueles que respeitam ou superam estas normas. Os programas de certificação que abordam o tema do turismo sustentável tendem a incluir critérios socioeconómicos, culturais e ambientais tais como o GSTC (*ver caixa*). Este tipo de certificação age contra o “green-washing” (falsa apropriação de virtudes ambientalistas por parte de organizações ou pessoas), por isso, ajuda os turistas e compradores a identificarem os produtos de turismo sustentável, para além de servir aos gestores de destino na sua promoção de turismo sustentável.

#### **NORMAS NACIONAIS DE TURISMO SUSTENTÁVEL**

As normas podem ser usadas para oferecer um entendimento comum sobre os critérios mínimos para o turismo sustentável, promover a sustentabilidade no sector do turismo e fornecer critérios básicos que os programas de certificação podem usar. Duas ferramentas distintas foram sugeridas para o contexto cabo-verdiano nomeadamente:

- **ISO 18065:2015** - uma norma internacional para o turismo em áreas protegidas, que inclui especificações sobre serviços turísticos para visitantes, fornecidas pelas autoridades da área protegida. Inclui prestação do serviço (acesso, informações, sinalização, educação e interpretação ambiental, gestão de conflitos), instalações (centros para visitantes), segurança e gestão de resíduos;
- **O Conselho Global de Turismo Sustentável (GSTC)** possui dois conjuntos de critérios para um turismo sustentável: o primeiro destina-se aos hotéis e operadores turísticos e o segundo aos destinos. Ambos foram desenvolvidos através de um processo de consulta global, com diversas diretrizes e normas disponíveis a nível global. Abordam a gestão sustentável, impactos socioeconómicos, culturais e ambientais (incluindo a preservação da biodiversidade).

#### **ALOJAMENTO E CERTIFICAÇÃO DE OPERADORES DO TURISMO**

Este tipo de certificação é usado para determinar se uma instalação de alojamento individual ou um passeio cumprem os critérios de sustentabilidade estabelecidos. Para melhorar a credibilidade dos programas, o GSTC tem um programa para "reconhecer" se os critérios estão alinhados com os predefinidos pela mesma. As opções

para Cabo Verde incluem desenvolver um programa exclusivo para o país ou utilizar um programa internacional já estabelecido.

### **CERTIFICAÇÃO DE DESTINO**

O GSTC (Conselho Global Para o Turismo Sustentável) reconhece programas de destino nos quais os padrões estão em conformidade com os seus critérios pré-definidos. Foi aprovado um programa (ITR-Biosphere) e dois estão em processo de avaliação (EarthCheck e Quality Coast). Como alternativa para Cabo Verde, optou-se pela Bandeira Azul, apoiado pelo governo, municípios e ONG's e sector privado. Trata-se de um programa internacional que inclui opções de certificação de praias e observação de baleias.

### **PRÉMIOS PARA UM TURISMO SUSTENTÁVEL**

Existem prémios para o turismo sustentável a nível global, nacional ou nível de destino para conquistas a nível do turismo sustentável e que têm lugar anualmente. Cabo Verde poderá desenvolver o seu próprio programa de prémios para reconhecer as conquistas no turismo sustentável, a nível nacional e local, e/ou encorajar, e ajudar as empresas a candidatarem-se a prémios internacionais, de forma gratuita.

**Pescas |** O setor das Pescas em Cabo Verde beneficia de uma biodiversidade considerável de vários



grupos taxonómicos (peixes, moluscos, crustáceos e outros invertebrados), diversos ecossistemas (costeiros, submarinos e de mar aberto), recursos genéticos importantes (espécies endémicas), e uma grande variedade de relacionamentos predador-presa, em abundância e densidade. A captura média anual é de 10.000.000 kg, sendo constituída, principalmente, por espécies pelágicas costeiras e espécies de tubarões. A pesca artesanal é feita em pequenos barcos, em média, de 3 a 5 m de comprimento, com motor popa; e, normalmente, são

feitos de madeira, tripulados em média por 3 pescadores, utilizando linhas de mão para capturar diversos peixes demersais, tunídeos e afins. Quando os equipamentos de pesca são redes de emalhar, o número de pescadores em cada barco tende a aumentar de 6 a 10 e o tamanho do barco é maior. Estes pescadores procuram pequenas espécies pelágicas. Desta atividade resultou uma média das capturas anuais de 4 a 5 milhões de kg, nos últimos anos. O número máximo de licenças de pesca é fixado, anualmente, pela administração das pescas, por ilha e por equipamento. Um órgão nacional composto por 22 inspetores de pesca controla as atividades e tem presença em todas as ilhas, trabalhando em locais de desembarque e no mar, de acordo com a legislação e o plano de gestão dos recursos da pesca.

Para contrariar as tendências do excesso de pesca, o Governo de Cabo Verde (GoCV) busca implementar uma nova abordagem de cogestão da pesca artesanal que visa reduzir a pressão da pesca sobre os recursos pesqueiros e também promover a responsabilização e a capacidade dos intervenientes na gestão sustentável da biodiversidade marinha. Estima-se que a substituição das 960 toneladas de peixes importados por peixes capturados localmente no Sal e na Boa Vista ajudaria pelo menos 500 vidas se fossem comprados pela maioria dos hotéis. O consumo de peixe local poderá, também, beneficiar o sector do turismo, uma vez que produtos importados estão sujeitos a longos atrasos, custos mais elevados e direitos de importação. Existem, ainda, oportunidades para promover o emprego no sector da transformação, da venda de peixe e de guias da fauna marinha para pescadores formados. Um programa de reeducação já está a ser aplicado em Santiago e São Vicente para ajudar os pescadores artesanais a transitarem para tais profissões alternativas.



Tal como as certificações para empreendimentos turísticos o GoCV, através, não só, do Projeto BIO-TUR equaciona reforçar as normas de produtos de peixe locais com subvenções e iniciativas diversas, para, dessa maneira, reduzir os custos associados à aquisição de peixe importado. Para além disso, optamos pela adoção de uma estratégia de cogestão de Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) e regiões costeiras que delegará tarefas e responsabilidades aos pescadores, operadores de turismo e ONGs. Desta forma, os custos associados à gestão poderão ser reduzidos e partilhados. Este modelo de gestão tornar-se-á cada vez mais importante no futuro, já que as fontes tradicionais de verbas para conservação se tornam cada vez mais escassas.

## PRINCIPAIS PROJETOS LOCAIS | Boavista | Sal | Maio | Santiago

PROJETO LOCAL	LOCALIDADE	DESCRIÇÃO
<b>Limpeza, Reabilitação e Ordenamento na Reserva Natural de Boa Esperança</b>	<b>Reserva Natural de Boa Esperança</b> [Zona de Clotilde, Via Pitoresca, Sítio Ramsar (Lagoa de Rabil)] - Ilha da Boavista -	Resolução dos problemas de: (1) deposição descontrolada de resíduos; (2) invasão das acácias e a degradação das tamareiras; (3) degradação da principal via de acesso à reserva – Via Pitoresca; (4) degradação ambiental verificada no sítio Ramsar – Ribeira do Rabil.
<b>Construção de um Viveiro</b>	<b>Reserva Natural de Morro D'Areia</b> (Zona Agrícola de Morro D'Areia/Varandinha em Povoação Velha) - Ilha da Boavista -	Construção de um viveiro que consegue proporcionar aos agricultores tipos de plantas propícias para essa zona agrícola, principalmente fruteiras, plantas ornamentais nomeadamente palmeiras, tamareiras, coqueiros entre outras que serão vendidas às unidades hoteleiras e produzir também para a reflorestação da ilha.
<b>Produção de Sabão Ecológico</b>	<b>Reserva Natural de Morro D'Areia</b> (Povoação Velha) - Ilha da Boavista -	Instalação de uma unidade de produção de sabão ecológico em Povoação Velha. Esta unidade irá funcionar com a utilização do óleo usado, consumido nos hotéis referidos acima e que normalmente é deitado na lixeira e nos arredores das unidades hoteleiras e por vezes dentro de áreas protegidas. Será vendido no mercado local, aos turistas e também nas unidades hoteleiras da ilha.
<b>Capacitação de jovens e membros de associações comunitárias em elaboração de projetos para exploração e gestão ambiental sustentável na Boa Vista</b>	Comunidades de Sal Rei, Rabil, Estância de Baixo, Bofareira, Povoação Velha, e arredores. - Ilha da Boavista -	Capacitar 25 jovens e líderes comunitários em matéria de elaboração de projetos de exploração e conservação da biodiversidade e de exploração sustentável dos

		recursos marinhos, costeiros e terrestre das AP.
<b>Promoção de turismo de base comunitária - Home Stay</b>	Aldeias de Morro, Morrinho, Cascabulho, Barreiro e Figueira. - Ilha do Maio -	Capacitação de 18 mulheres em Receção/ Atendimento ao Público, Higiene/ Segurança Alimentar, pequenos negócios, alojamento, e primeiros socorros com vista ao desenvolvimento de um turismo de base comunitária ( <i>home stay</i> ) e criação de atividades geradoras de rendimento para comunidades locais, aproveitando os recursos naturais das Áreas Protegidas da ilha.
<b>Sinalização das ZPIs terrestres das APs da Ilha do Maio</b>	<b>Reserva Natural das Casas Velhas,</b> Reserva Natural de Lagoa Cimidor, Reserva Natural da Praia do Morro, Parque Natural do Norte da Ilha do Maio, Paisagem Protegida de Barreira e Figueira, Paisagem Protegida da Salina do Porto Inglês.  - Ilha do Maio -	Produção e colocação de sinais de nas ZPIs terrestres e, além disso, sensibilização dos utilizadores membros das comunidades a trilharem em exclusivo as zonas de uso permitidos.
<b>Criação de resiliência socioeconómica e ambiental na comunidade de Pedra de Lume</b>	Comunidade de Pedra de Lume e a costa Leste entre Pedra de Lume até Praia Chano (Ponta do Morrinho vermelho de Serra Negra)  - Ilha do Sal -	Implementação de uma série de iniciativas geradoras de rendimento, bem como a preservação e exploração sustentável dos recursos naturais da zona, para se poder chegar a uma conciliação de algumas das problemáticas sociais, económicas e ambientais da zona de Pedra de Lume
<b>Produção Agro-ecológica Sustentável e Integrada com a Conservação da Biodiversidade no Parque Natural da Serra de Pico de Antónia</b>	Parque Natural Serra Pico de Antónia (PNSPA)  - Ilha de Santiago -	Implantação de novos modelos que favorecem a preservação do meio ambiente, reduzindo os custos de produção, favorecendo o aumento de renda dos trabalhadores rurais e, principalmente, conservando a biodiversidade representativa do país. Visa igualmente promover a oferta de produtos com alta segurança e qualidade nutricional